

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT

RELATÓRIO & CONTAS 2021



GOLDEN
WEALTH MANAGEMENT



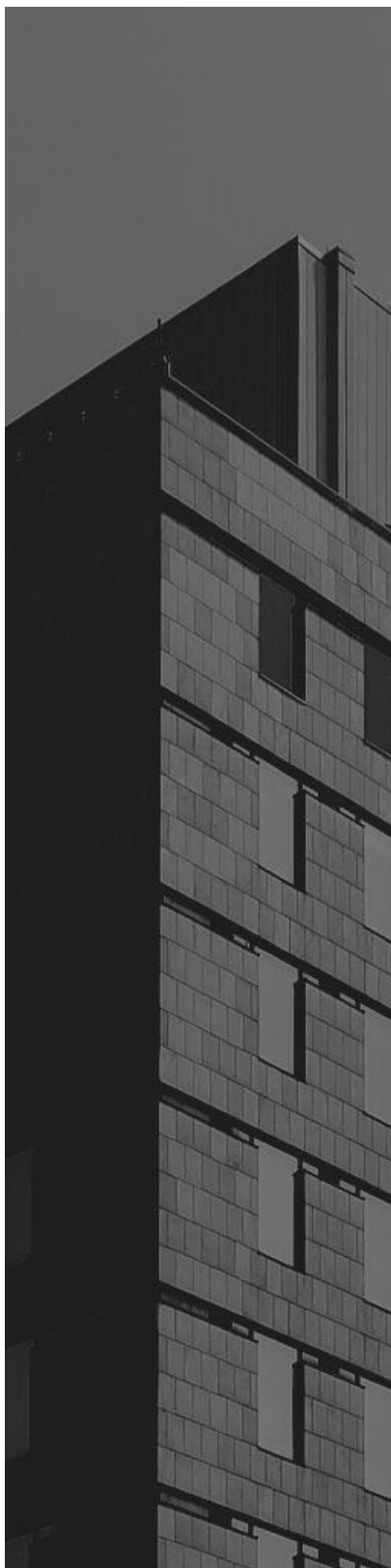
RELATÓRIO & CONTAS 2021

Contas Consolidadas

Golden Wealth Management – SGPS, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 507 557 514
Capital Social 1.258.750 Euros

CONTEÚDOS GWM

ÍNDICE



1. INTRODUÇÃO

2. ENVOLVENTE ECONÓMICA

PERSPETIVA INTERNACIONAL
BANCOS CENTRAIS
PORTUGAL

3. ATIVIDADE

HOLDING E ÓRGÃOS SOCIAIS
ATIVIDADE
PERSPETIVAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. OUTRAS INFORMAÇÕES

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
ANEXO AO RELATÓRIO

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Wealth Management – SGPS, S.A. (“Golden Wealth Management”), as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



LET'S CONTINUE TO PAVE THE WAY FOR THE BETTER FUTURE

EN VOLVENTE ECONÓMICA



ENVOLVENTE ECONÓMICA

ECONOMIA INTERNACIONAL

A rapidez e sincronia da recuperação do consumo global e a expansão mais lenta da oferta culminaram no disparo dos preços de muito bens e serviços.

Sérgio Silva

Chief Investment Officer

Após um ano de 2020 caracterizado por um contexto económico extremamente negativo (o pior ano, em termos de evolução do desempenho económico, desde a 2ª guerra mundial), o ano de 2021 arrancou de forma mais promissora com o acelerar dos processos de vacinação em massa das populações contra a COVID 19 (ao longo do ano seriam administradas mais de 9 mil milhões de vacinas em todo o mundo). A crescente confiança na superação da pandemia e numa subsequente normalização das atividades e recuperação económica global permitiram que as bolsas superassem múltiplos percalços: o aparecimento de novas variantes da epidemia (que obrigaram a atrasos / recuos nos processos de desconfinamento), o bloqueio da circulação de navios pelo canal do Suez, o colapso do mercado imobiliário na China (com destaque para a falência da Evergrande), as consequências geopolíticas da saída atribulada dos EUA do Afeganistão, entre outros. Assim, qualquer uma destas situações apenas provocou pequenas correções temporárias nos principais índices bolsistas, permitindo ao S&P 500,



Nasdaq, DAX, CAC e Stoxx600 renovarem consistentemente e sucessivamente máximos ao longo do ano!

Relativamente à Covid-19, o aparecimento e a disseminação de novas variantes do vírus foi efetivamente importante, pois acabou por condicionar o ritmo da recuperação económica, em especial, no último trimestre do ano, com as variantes Delta e Ómicron. E, assim, essencialmente no hemisfério norte, as autoridades viram-se forçadas a implementar novas medidas de confinamento.

Estes constrangimentos na atividade económica global refletiram-se nas cadeias de fornecimento de várias matérias-primas. Contudo, o levantamento gradual das medidas de contenção nas várias geografias, contribuíram para o aumento de confiança de investidores e consumidores.



Nos EUA, o início do ano trouxe um novo inquilino na Casa Branca, e com ele, a promessa de um regresso “normalidade”. Contudo, a chegada de Joe Biden foi acompanhada de um marco histórico na democracia norte-americana. No dia 6 de janeiro, milhares de pessoas invadiram o Capitólio dos EUA e entraram em confronto com a Polícia do Capitólio. O edifício foi evacuado pela polícia e as imagens dos manifestantes correram o mundo. As cenas de violência chocaram o país e o mundo. Cinco pessoas morreram e este ataque foi considerado uma tentativa de golpe de estado, incentivada pelo presidente incumbente, Donald Trump. Neste contexto de grande contestação, a 20 de janeiro Joe Biden e Kamala Harris tomaram posse como 46º Presidente e 49ª Vice-presidente dos Estados Unidos, respetivamente. No seu discurso de tomada de posse, Biden prometeu unir os americanos e revitalizar a democracia americana. E, sem grandes demoras, logo no primeiro dia, assinou uma série de ordens executivas para reverter medidas tomadas durante o governo de seu antecessor. No total Biden assinou no seu primeiro dia na Casa Branca 17 ordens executivas, com destaque para o regresso dos EUA ao Acordo Climático de Paris e suspensão da saída da Organização Mundial de Saúde.

Destaque também para o facto de Biden ter assinado, já no final do ano, o projeto que permite a entrada em vigor do plano de investimento em infraestrutura, no valor de 1,2 biliões de dólares, que pretende modernizar e dar resiliência ao país. A lei contempla USD 550 mil milhões em novos investimentos em infraestruturas nos próximos 5 anos. Neste contexto e com o ritmo de vacinação no bom caminho, a economia norte-americana mostrou (mais uma vez) um grande dinamismo e resiliência e as últimas estimativas apontam para um crescimento médio de cerca de 5.6% em 2021. Também o mercado laboral terminou o ano em força, com a taxa de desemprego a atingir um mínimo histórico de 3.9%! Pela negativa, destaque para a evolução ascendente dos preços que começaram a acelerar de forma forte particularmente nos últimos meses do ano obrigando a Reserva Federal a mudar a sua retórica já em antevisão para 2022!

Na Europa, depois de um ano de 2020 de forte contração, as previsões mais recentes da OCDE apontam para que, em 2021, as economias da zona euro tenham registado um crescimento médio de 5.2%.

O ano não iniciou da melhor forma, com uma nova grande vaga da pandemia e com a reintrodução de medidas restritivas para a conter, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, o que teve um importante impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços (particularmente do turismo). Isto afetou desproporcionalmente as economias europeias cujas economias estão mais dependentes deste setor. Em reação, as autoridades europeias decidiram avançar com um conjunto de iniciativas (políticas orçamentais públicas financiadas ao nível da União Europeia) de apoio à atividade económica. Destaque para o Next Generation EU, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise promovido pela Comissão Europeia, com o objetivo de assegurar “o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da dupla transição climática e digital”. Este instrumento contém o Mecanismo de Recuperação e Resiliência onde se enquadra o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). O PRR é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Este plano está assente em três dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática; Transição Digital. Assim, num mecanismo financiado por emissões obrigacionistas da união europeia no seu conjunto, todos os Estados-Membros receberam um “cheque” para responder à crise sanitária, económica e social criada pela pandemia, passando a ser este o mecanismo europeu de resposta para futuros desafios comuns. A União conseguia assim multiplicar os meios necessários para fazer frente à pandemia e distribuí-los conforme as necessidades e não conforme as possibilidades de cada Estado membro, recorrendo à capacidade de Bruxelas em se financiar diretamente nos mercados em condições muito mais favoráveis do que alguns Estados membros conseguiriam sozinhos. Mas ajudas não se ficaram por aqui. Evidência desta afirmação foi o anúncio da União Europeia do programa “Global Gateway” que tem como objetivo fomentar ligações “mais inteligentes, limpas e seguras no digital, energia, transportes, no reforço da saúde, educação e em sistemas de investigação em todo o mundo” através do investimento de cerca EUR 300 mil milhões de euros.



Estas ajudas orçamentais às economias alimentaram a evolução positiva dos principais indicadores de atividade e sentimento económico, que iam mostrando um crescimento robusto, sustentado por lucros e margens das empresas saudáveis. Contudo nem tudo foram boas notícias e também na Europa a inflação se tornou um problema e mais persistente. Se durante vários anos se temeu uma “japonização” da economia europeia com a deflação a ser o principal foco de preocupações, 2021 reverteu violentamente esta perceção e a inflação fechou o ano nos 5% na Zona Euro e 5.3% na União Europeia! Alguns países da União Europeia terminaram o ano com taxas de inflação acima de 10%, como foi o caso da Estónia (12%) e da Lituânia (10.7%). No outro extremo tivemos Malta com 2.6% e Portugal 2.8%.

Outras dinâmicas políticas de relevo no velho continente, foi a saída de Angela Merkel, chanceler da Alemanha, deixando o cargo ao fim de 16 anos de governo. Foi substituída pelo líder do Partido Social Democrata (SPD), Olaf Scholz. Com a saída desta chanceler histórica, tivemos também o regresso de um político de boas memórias para a Zona Euro: Mario Draghi. Super Mario assegurou uma ampla maioria e tornou-se primeiro-ministro de Itália.

ENVOLVENTE ECONÓMICA

BANCOS CENTRAIS

Em 2020, o contexto económico extremamente negativo forçou a uma intervenção massiva dos principais bancos centrais que, num esforço coordenado, implementaram um conjunto de políticas monetárias ultraexpansionistas, levando a cabo planos de compras de títulos (programas de “quantitative easing”) e outras medidas de apoio aos seus respetivos sistemas financeiros. A ação dos bancos centrais foi por isso decisiva na mitigação da crise mas, impulsionados pela recuperação económica e pelas perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se refletiram na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, os preços (a inflação) começaram a ser uma crescente preocupação. Os números da inflação foram escalando ao longo do ano. A rapidez e sincronia da recuperação do consumo global – mais orientada para bens em detrimento dos serviços, com impacto sobre a procura de matérias-primas e outros bens intermédios – e a expansão mais lenta da oferta culminaram no disparo dos preços de muito bens e serviços.

A inflação nos EUA terminou o ano num máximo de cerca de 4.7%, valor claramente acima do target definido pelo mandato da Reserva Federal Norte-Americana (2%).

Assim, se inicialmente, a autoridade monetária americana apelidava este fenómeno dos preços como “transitório”, a intensificação do movimento de subida dos preços forçou o anúncio pela FED, na reunião de novembro, do cronograma para o fim das compras de ativos, o chamado “tapering” abrindo portas para que a partir de março 2022 possamos ter a primeira subida de taxas de juro nos EUA deste ciclo.

E outras subidas deverão seguir-se ao longo do ano, com os mercados a descontar entre 125 a 150 pontos base de subidas nos 4 trimestres subsequentes. Powell alertou que, embora a FED continue a esperar que a inflação caia “significativamente” no próximo ano, “parece que os fatores que impulsionam a inflação continuarão no ano que vem”.

Os números da inflação também forçaram o Banco Central Europeu a alterar a sua retórica, e apesar de ter deixado as taxas inalteradas, o BCE também seguiu os primeiros passos da FED e começou a reduzir o montante dos seus programas de quantitative easing, e prometeu trazer novidades para 2022. De destacar ainda a alteração dos guidelines para a estratégia de política monetária adotada pelo BCE. O mandato primordial do BCE continua a ter como única premissa a manutenção da estabilidade de preços, mas a nova estratégia do BCE adota um objetivo simétrico de 2% para a inflação a médio prazo abandonando o objetivo de uma inflação “próxima mas abaixo de 2%”. A crescente preocupação com questões sociais, corporativas e ambientais relativas ao impacto das empresas na sociedade e, por isso, também o Conselho do BCE aprovou um plano de ação ambicioso em matéria de alterações climáticas e regulação de forma a reforçar a preferência dos investidores para alocar os seus investimentos em empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, sustentáveis, para além de rentáveis. Uma evidência desta preocupação foi a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), cimeira dos dirigentes mundiais, Glasgow, Reino Unido, 1 de novembro de 2021 que gerou grande cobertura mediática.



Os resultados ficaram aquém das medidas mais ambiciosas exigida por muitos ativistas. Contudo, foram realizados progressos significativos entre as principais iniciativas contam-se o aumento dos fundos destinados a ajudar os países em desenvolvimento a combater as alterações climáticas, o lançamento do Compromisso Mundial sobre o Metano e ainda a finalização das regras sobre os aspetos operacionais do Acordo de Paris (Regras de Katowice).

WORLD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

	Estimate	Projections	
	2021	2022	2023
World Output	5,9	4,4	3,8
Advanced Economies	5,0	3,9	2,6
United States	5,6	4,0	2,6
Euro Area	5,2	3,9	2,5
Germany	2,7	3,8	2,5
France	6,7	3,5	1,8
Italy	6,2	3,8	2,2
Spain	4,9	5,8	3,8
Japan	1,6	3,3	1,8
United Kingdom	7,2	4,7	2,3
Canada	4,7	4,1	2,8
Other Advanced Economies 3/	4,7	3,6	2,9
Emerging Market and Developing Economies	6,5	4,8	4,7
Emerging and Developing Asia	7,2	5,9	5,8
China	8,1	4,8	5,2
India 4/	9,0	9,0	7,1
ASEAN-5 5/	3,1	5,6	6,0
Emerging and Developing Europe	6,5	3,5	2,9
Russia	4,5	2,8	2,1
Latin America and the Caribbean	6,8	2,4	2,6
Brazil	4,7	0,3	1,6
Mexico	5,3	2,8	2,7
Middle East and Central Asia	4,2	4,3	3,6
Saudi Arabia	2,9	4,8	2,8
Sub-Saharan Africa	4,0	3,7	4,0
Nigeria	3,0	2,7	2,7
South Africa	4,6	1,9	1,4
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	6,8	4,8	4,6
Low-Income Developing Countries	3,1	5,3	5,5

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Update, janeiro 2022

ENVOLVENTE ECONÓMICA

PORTUGAL

O ano de 2021 foi também preenchido em Portugal pois para além de todo o enquadramento europeu já descrito, o ano foi animado ao nível de política interna. O ano começou e terminou em campanha, contudo, para eleições diferentes. Em janeiro tivemos as já previstas eleições presidenciais. O resultado foi o já amplamente esperado, com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa eleito para o segundo mandato, tendo inclusive alcançado mais votos que há cinco anos. Já em outubro, tivemos em Portugal o primeiro chumbo de Orçamento de Estado em democracia. A proposta de Orçamento do Estado para 2022 foi chumbada, com os votos contra do PSD, CDS-PP, Chega, Iniciativa Liberal, mas também do PCP, do PEV e do Bloco de Esquerda. O documento foi inviabilizado com 117 votos contra, 108 a favor e 5 abstenções. As consequências deste resultado já tinham sido anunciadas pelo Presidente da República, que dissolveu a Assembleia da República e convocando eleições para o início de 2022.

À semelhança do que ocorreu noutros países da OCDE, a pandemia desencadeou uma recessão profunda em Portugal e colocou o sistema de saúde sob grande pressão. A recessão que a economia portuguesa atravessou em 2020 foi a pior desde 1936 (e muito pior do que a crise de 1975 ou de 2012), quando Portugal foi duramente impactado pela Guerra Civil espanhola e consequente derrocada da economia do nosso principal parceiro económico. O ano de 2021 foi por isso, sem surpresa, um ano de recuperação e de crescimento forte, uma vez que a base muito baixa. A resposta política também ajudou a amortecer o choque e, graças também ao progresso da vacinação, a recuperação está a ganhar dinamismo. Apesar de um início de ano catastrófico para o Sistema Nacional de Saúde, altamente sobrecarregado, Portugal tornou-se mesmo um exemplo, liderando o processo de vacinação a nível mundial. Portugal ultrapassou rapidamente a meta de vacinação da OMS e foi um dos primeiros países a atingir mais de 75% da população vacinada com as duas doses. Isto acabou por permitir um alívio das medidas de restritivas e contribuiu para a recuperação económica relativamente célere. A este fator acresce também os vários mil milhões da "bazuca" europeia que alimentaram as expectativas e confiança de consumidores e investidores, já que uma aplicação rápida e eficaz do Plano de Recuperação e Resiliência ajudará a enfrentar os grandes desafios da economia portuguesa, assegurando uma recuperação duradoura. Reflexo desta premissa, é o valor provisório para a taxa de crescimento do PIB português que será de cerca de 4.9%. A taxa de desemprego terminou o ano nos 6.6%, também um mínimo.

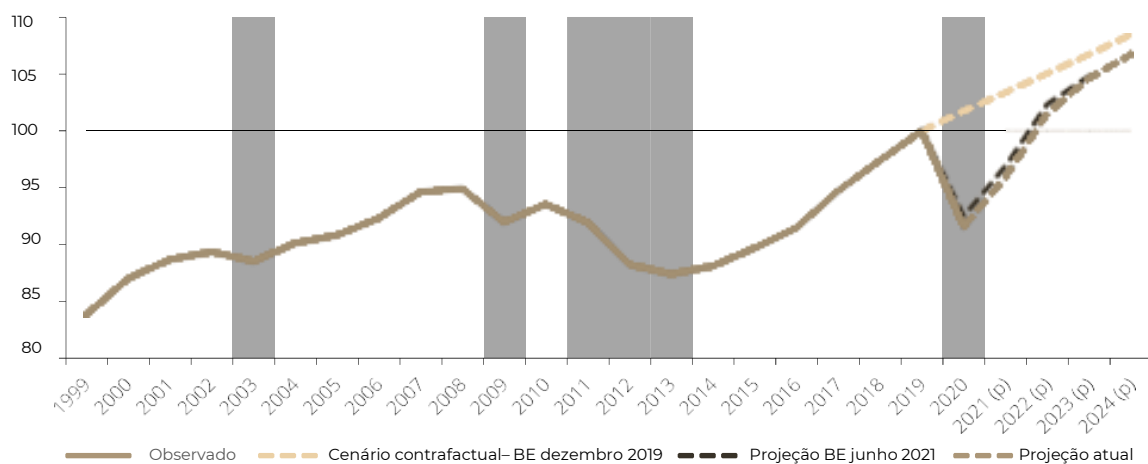
PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2021-24

	Pesos 2020	BE DEZEMBRO 2020					BE OUT 2021		BE JUNHO 2021			
		2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2020	2021	2022	2023
Produto Interno Bruto	100	-8,4	4,8	5,8	3,1	2,0	-8,4	4,8	-7,6	4,8	5,6	2,4
Consumo privado	64,2	-7,1	5,0	4,8	2,2	1,8	-7,1	4,3	-5,9	3,3	4,9	2,3
Consumo público	19,1	0,4	4,8	1,4	-1,3	-0,1	0,4	5,2	0,4	4,9	0,4	-0,2
Formação bruta de capital fixo	19,1	-2,7	4,9	7,2	6,6	3,9	-2,7	5,6	-1,9	7,6	8,2	5,8
Procura interna	102,1	-5,6	5,1	4,6	2,4	1,9	-5,6	4,9	-4,6	4,5	4,7	2,6
Exportações	37,0	-18,6	9,6	12,7	7,8	3,9	-18,6	9,6	-18,6	14,5	13,1	4,8
Importações	39,1	-12,1	10,3	9,3	6,2	3,6	-12,1	9,7	-12,0	13,2	10,6	5,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações												
Procura interna		-3,0	3,1	2,6	1,2	1,1	-3,0	3,0	-2,3	2,4	2,5	1,3
Exportações de bens		-0,8	1,1	0,2	0,6	0,4	-0,9	1,3	-0,7	1,9	0,3	0,3
Exportações de serviços		-4,6	0,6	3,0	1,2	0,6	-4,5	0,5	-4,5	0,5	2,8	0,8
Emprego (número de indivíduos)		-1,9	2,5	1,6	0,5	0,3	-1,9	2,6	-1,7	1,3	1,3	0,4
Emprego (horas trabalhadas)		-9,3	8,3	4,0	0,6	0,3	-9,3	8,4	-9,2	5,9	4,1	0,5
Taxa de desemprego		7,0	6,6	6,0	5,7	5,6	7,0	6,8	7,0	7,2	7,1	6,8
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,0	0,2	1,8	2,6	1,8	0,0	1,0	0,1	0,9	2,1	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-1,8	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0	-1,8	-2,3	-1,8	-2,1	-1,4	-1,3
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,1	0,9	1,8	1,1	1,3	-0,1	0,9	-0,1	0,7	0,9	1,0
Bens energéticos		-5,2	7,8	6,3	-1,3	-0,8	-5,2	6,9	-5,2	5,6	1,0	-1,3
Excluindo bens energéticos		0,3	0,4	1,3	1,4	1,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	1,2

Fonte: Banco de Portugal (2021), Boletim Económico Dezembro 2021

PIB OBSERVADO E PROJEÇÃO ATUAL

Comparação com o cenário contrafactual e com a projeção do BE junho 2021 | Índice 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE (2021)

Notas: O cenário contrafactual corresponde à projeção do BE de dezembro de 2019 até 2022. Os valores de 2023-24 foram obtidos assumindo a tendência de crescimento dos anos anteriores. As zonas a sombreado assinalam os anos de queda do PIB.

CLASSE DE ATIVOS

CLASSE	SUB-CLASSES	2021
Obrigações	Euro Treasury €	-3,38%
	Euro Corporate €	-1,07%
	Euro HY €	3,02%
	EM Local €	-0,91%
Ações	MSCI World € hedged	23,42%
	MSCI EM €	4,58%
	S&P 500 € hedged	28,07%
	EuroStoxx 600 €	25,66%
	Nikkei 225 € hedged	11,53%
Commodities	Commodities €	50,47%
Alternativos	Hedge Funds €	2,65%
Usd/eur	USD/ EUR€	7,42%

ATIVIDADE



HOLDING E ÓRGÃOS SOCIAIS

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas 4 empresas principais: Golden Wealth Management – SGPS, S.A. (“GWM”), Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Broker”), Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. (“Golden Wealth Management”) e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“SGF”).

Além disso, existem 2 empresas que complementam o leque de serviços disponíveis, que são a Golden Wealth Management Corporate, Unipessoal Lda. e a Golden Wealth Management Real Estate, Mediadora Imobiliárias, Unipessoal, Lda.

Depois de obtida a devida autorização das entidades supervisoras, em final de 2021 procedeu-se a uma reorganização e aumento de capital, em que a holding (GWM) passou a deter 100% da Golden Wealth Management (anteriormente detinha 5%), assim passando a deter a totalidade do capital social de 4 empresas (Golden Wealth Management, Golden Broker, GWM Real Estate e GWM Corporate) e 71,30% do capital social da SGF. Esta reorganização foi acompanhada de um aumento do capital social da GWM para 1.258.750 euros e da Golden Wealth Management para 625.000 euros, mantendo-se o capital social da Golden Broker em 350.000 euros.

PERSPECTIVAS

Prevê-se que, durante o ano de 2022, a sociedade mantenha a política de participações adotada até à presente data quando à identidade das empresas participadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio e diligência demonstrados,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto,

29 de junho de 2021

O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE
PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31
DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	15	4 620	7 557
Juros e encargos similares	15	(25 144)	(14 417)
Margem financeira		(20 524)	(6 860)
Rendimentos de instrumentos de capital	16	0	189 735
Rendimentos de serviços e comissões	17	7 572 268	1 951 981
Encargos com serviços e comissões	18	(2 307 558)	(371 225)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		0	1 942
Resultados de reavaliação cambial		0	(1 518)
Resultados de alienação de outros ativos			
Outros resultados de exploração	19	(154 288)	47 247
Produto bancário		5 089 898	1 811 303
Custos com o pessoal	20	(2 031 483)	(893 795)
Gastos gerais e administrativos	22	(1 922 479)	(748 635)
Amortizações do exercício		(69 564)	(23 349)
Provisões líquidas de reposições e anulações		281	(38 637)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		(5 895)	(586)
Resultado antes de impostos		1 060 757	106 301
Impostos			
Correntes	9	(124 682)	(7 645)
Diferidos			
Resultado após impostos		936 075	98 655
Atribuído à GAC		855 965	85 391
Atribuído a interesses minoritários		80 110	13 265
Resultado por ação			
Básico	24	3,72	0,99
Diluído			

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE
PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2021	Ano anterior (31-12-2020)
Resultado líquido do exercício		936 075	98 655
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Rendimento integral do exercício		936 075	98 655

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores Expressos em Euros)

Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2020	500 000	5 000	270 547	380 903	403 092	1 559 542
Transações com interesses que não controlam	-	-	(159 552)	-	(130 183)	-(289 735)
Aplicação do resultado do exercício de 2019:						
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	380 903	(390 903)	-	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	98 655	-	98 655
Saldo em 31 de dezembro de 2020	500 000	5 000	491 898	98 655	272 909	1 368 462
Operação de aumento de capital	758 750	(5 000)	1 176 311	-	-	1 930 061
Transações com interesses que não controlam	-	-	80 110	-	13 249	93 359
Aplicação do resultado do exercício de 2020:						
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	98 655	(98 655)	-	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	936 075	-	936 075
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 258 750	-	1 846 974	936 075	286 158	1 368 462

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE
PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores Expressos em Euros)

	31-12-2021	Ano anterior (31-12-2020)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	7.607.672	1.848.069
Juros, comissões e encargos similares pagos	(3.911.552)	(511.544)
Pagamentos ao pessoal	(1.950.438)	(935.918)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(2.480)	(92.086)
Resultados de reavaliação cambial	20.916	(1.518)
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	663.550	(601.684)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	2.427.669	(294.681)
Diminuições/(aumentos) em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(180.938)	-
Aplicações em instituições de crédito	-	500.000
Outros ativos	-	-
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	(180.938)	(500.000)
Aumentos/(diminuições) em:		
Outros passivos	-	-
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	-	-
Fluxo das atividades operacionais (1)	2.246.731	205.319
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	(72.823)	(6.235)
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	(88.374)	(1.020)
Diminuições/(aumentos) de investimentos financeiros	(50.000)	-
Diminuição/(aumentos) de outros ativos tangíveis (2)	(211.197)	(7.255)
Atividades de Financiamento:		
Diminuições/(aumentos) investimentos em filiais e associadas	(336.583)	(172.169)
Diminuições/(aumentos) empréstimos a filiais e associadas	-	-
Distribuição de dividendos	(25.283)	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	(361.866)	(172.169)
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	1.673.669	25.895
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.130.809	2.094.487
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	4.804.477	2.020.382

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN WEALTH MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE
PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores Expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2021	2020
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 782	1 329
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 801 695	2 019 054
Caixa e seus equivalentes	4 804 477	2 020 382
Disponibilidade de terceiros em outras instituições de crédito	20 933 447	18 641 465
Aplicações da Sociedade em instituições de Crédito	0	0
Disponibilidades constantes do balanço	25 737 924	20 661 847

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes de 20.933.447 euros e 18.641.465 euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Wealth Management – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Wealth Management”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de outubro de 2006 tendo como objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. Em 2019 a sociedade adquiriu a maioria do capital na SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e, em 2020 reforçou a sua posição passando a deter 71,30% do capital. Adicionalmente, no exercício de 2020, foram constituídas as sociedades Golden Wealth Management Corporate Unipessoal Lda e Golden Wealth Management Real Estate Mediação Imobiliária Unipessoal Lda. A Golden Wealth Management SGPS detém 100% do capital destas sociedades. Já durante o exercício de 2021 a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 95% do capital da sociedade Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A., anteriormente designada Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

As sociedades nas quais a Golden Wealth Management SGPS tem maioria de capital foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e das suas filiais e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou “*International Accounting Standards*” / “*International Financial Reporting Standards*” (“IAS / IFRS”), adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ao abrigo do determinado no Aviso do Banco de Portugal n.º 5 / 2015. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2021.

Durante o exercício de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém participações financeiras em empresas filiais. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objeto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos acionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos ativos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efetiva e do período de detenção respetivos, após se efetuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transações realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

- i) Ativos Financeiros
 - i.1) Outros ativos – Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 1).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

- i.2) Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

ii) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos ativos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamentos de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

e) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

f) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

g) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2021.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

h) Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 15).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preço definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - o Valor da transação intermediada;
 - o Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - o componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - o componente variável (performance) é calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

i) Rúbricas Extrapatrimoniais

a) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respetivo valor nominal (Nota 26). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

b) Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 26). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo (Nota 3).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras.

j) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

k) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

l) Gestão do Risco Financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

a) Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez no Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que o Grupo maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

c) Risco de Crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo.

m) Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;
- na atividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do grupo.

n) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respetivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de capital	Atividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A.	Porto	Empresa-mãe	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora
SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	71,30%	Sociedade gestora de fundos de pensões
Golden Wealth Management Real Estate, Mediação Imobiliária, Unipessoal Lda	Porto	100%	Mediação Imobiliária
Golden Wealth Management Corporate, Unipessoal Lda	Porto	100%	Serviços de consultoria
Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A.	Porto	100%	Atividades de gestão de fundos

3. DISPONIBILIDADE EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Disponibilidades de Terceiros:		
- Em instituições de crédito no país	7 884 351	10 913 176
- Em instituições de crédito no estrangeiro	13 048 096	7 728 289
	20 933 447	18 641 465
Disponibilidades da Sociedade:		
- Em instituições de crédito no país	4 801 695	2 019 054
- Em instituições de crédito no estrangeiro		
	4 801 695	2 019 054
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	25 735 142	20 660 519

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não mantinha qualquer aplicação junto de outras instituições de crédito:

	2021	2020
Aplicações em instituições de crédito no país:		
- Depósitos a prazo	-	-

5. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade deixou de reconhecer como investimentos em filiais excluídas da consolidação a participação de 5% no capital social da Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. em virtude da aquisição dos restantes 95% do capital social, pelo que esta passou a ser incluída no perímetro de consolidação pelo método integral.

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Instrumentos de dívida:		
- Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	267 312	26 438

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2019	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT´s 2,20% 10 2022	25 000	1,00 €	107,17%	26 438	26 793	26 966
Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2021	Valor de Balanço 31.12.2021	Valor de Balanço 31.12.2020	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT´s 2,20% 10 2022 / OT´s 4,95 10 2023	200 000	1,00 €	105,45%	267 312	26 438	279 648

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 26)

7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 24).

	2021	2020
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	33	93
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor	550 537	221 162
	550 570	221 255

8. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte

RELATÓRIO & CONTAS 2021

2021					
Ativo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	214 737	228 542		0	443 279
	214 737	228 542	0	0	443 279
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	337 905	368 520		0	706 425
Mobiliário e material	108 333	150 093		0	258 426
Equipamento informático	204 515	255 508		0	460 023
Instalações interiores	38 663	26 547		0	65 210
Equipamento de segurança	1 865	21 088		0	22 953
Outros Ativos tangíveis	6 440	250 869		0	257 309
	697 721	1 072 625	0	0	1 770 346
Total	912 458	1 301 168	0	0	2 213 626
2021					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	214 475	176 598	0	0	391 073
	214 475	176 598	0	0	391 073
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294 115	358 131		0	652 246
Equipamento	375 396	397 503	0	0	772 899
	669 511	755 634	0	0	1 425 145
Total	883 986	932 232	0	0	1 816 218
Total Líquido do Ativo					397 408

RELATÓRIO & CONTAS 2021

Rubricas	2020				Saldo Final
	Ativo bruto				
Ativos Intangíveis	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
Sistemas de tratamento automático de dados	214 737	0		0	214 737
	214 737	0	0	0	214 737
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	337 905			0	337 905
Mobiliário e material	108 333			0	108 333
Equipamento informático	197 260	7 255		0	204 515
Instalações interiores	38 663			0	38 663
Equipamento de segurança	1 865			0	1 865
Outros Ativos tangíveis	6 440			0	6 440
	690 466	7 255	0	0	697 721
Total	905 203	7 255	0	0	912 458

Rubricas	2020				Saldo Final
	Amortizações e perdas de imparidade				
Ativos Intangíveis	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	
Sistemas de tratamento automático de dados	214 279	196		0	214 475
	214 279	196	0	0	214 475
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	281 952	12 163		0	294 115
Equipamento	364 406	10 990	0	0	375 396
	646 358	23 153	0	0	669 511
Total	860 637	23 349	0	0	883 986

Total Líquido do Ativo **28 472**

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo encontra-se abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante).

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Sociedade e sua filial (Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A.) encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		<u>1.060.757</u>		<u>106.301</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	222 759	21,00%	22.323
Redução de Imposto por utilização de prejuízos fiscais		(123 260)		
Outros		(4803)		(17 734)
Tributação autónoma		14 842		2.729
Outros (Derrama)		<u>15 236</u>	7,19%	<u>327</u>
Imposto apurado com base na taxa efetiva	11,76%	<u>124 774</u>		<u>7.645</u>
Do qual:				
Imposto corrente		114 315		7.645

10. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como segue:

	2021	2020
Devedores diversos		
Devedores por operações em derivado	3 496 888	1 248 034
	3 496 888	1 248 034
Rendimentos a receber	37 659	36 104
Despesas com encargos diferidos:		
Seguros	22 294	15 533
Rendas	21 348	8 648
Outros	57 128	29 492
	100 770	53 672
Outros devedores	27 537	145 844
Provisões para garantias e compromissos assumidos	-55 790	-52 117
Outros ativos - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	851	7 514
Outros	36 858	19 342
	37 709	26 856
	3 644 773	1 458 393

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como segue:

	2021	2020
Fornecedores e outros credores:		
Credores por operações em derivados	2 118 720	1 252 099
Credores por operações sobre valores mobiliários	22 155 385	18 325 013
Fornecedores	164 074	24 108
Outros credores	557 176	1 169 969
	24 995 355	20 771 189
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal	403 753	98 509
Outros custos administrativos	582 353	79 618
	986 106	178 127
Outras exigibilidades - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas		
Retenção na fonte	73 532	53 548
Contribuições para a Segurança Social	40 199	-570
IVA - a pagar	60 522	
	174 253	52 978
	26 155 714	21 002 295

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenados pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

11. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica “Outros passivos subordinados”, que a 31 de dezembro de 2021 apresentava um saldo de 160.000 Euros e correspondia empréstimos obtidos junto dos acionistas da Sociedade, mostra-se a 31 de dezembro de 2021 com saldo zero, em virtude do reembolso do montante aos respetivos acionistas. Os referidos empréstimos não venceram quaisquer juros.

12. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021, o capital da Sociedade estava representado por 251.750 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado, após um aumento de capital ocorrido no exercício de 151.750 ações.

13. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desta rubrica referia-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros e que à data de 31 de dezembro de 2021 foram utilizadas para o aumento de capital social. As prestações suplementares não venceram quaisquer juros.

14. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade Golden Broker – Empresa de Investimento, S.A., bem como à sociedade Golden Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A., determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. Relativamente à Sociedade Golden Wealth Management – SGPS, S.A. a legislação comercial vigente determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

O valor registado na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” inclui 50.000 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos ativos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.a).

15. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares	4 620	7 557
Outros juros e encargos similares	-25 144	-14 417

16. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos de instrumentos de capital	0	189 735

Em 08 de janeiro de 2020 a Golden Wealth Management - SGPS reforçou a sua participação financeira na SGF para 71.3%, através da aquisição de 57.947 títulos representativos do capital por 1,73€ cada, com um valor nominal de 5,00€. O “Badwill” daqui resultante foi reconhecido como ganho na demonstração de resultados consolidada.

17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de corretagem	1 126 762	1 005 120
Comissões de gestão	4 788 298	904 294
Outros serviços prestados	1 657 208	42 567
	7 572 268	1 951 981

18. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Atividades de corretagem e gestão de ativos	2 203 257	289 884
Serviços bancários	104 301	81 341
	2 307 558	371 225

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
IVA suportado	-61 543	-62 647
Contribuições para o Sistema de indemnização aos Investidores	-8 300	-3 000
Quotizações e donativos	-50 414	-7 280
Outros custos	-63 418	-67 685
	-183 675	-140 612
Outros ganhos e rendimentos	29 386	187 859
Outros resultados de exploração	-154 288	47 247

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos de gestão	293 508	187 300
Remuneração dos colaboradores	1 312 756	537 552
Encargos sociais obrigatórios	357 625	161 304
Outros custos com Pessoal	67 594	7 639
	2 031 483	893 795

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pode ser resumido como segue:

	2021	2020
Administradores executivos	4	4
Administradores não executivos	5	5
Pessoal técnico	39	18
Pessoal administrativo	5	3
	53	30

21. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2021 e 2020, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos órgãos de gestão ascenderam a 293.508 Euros.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Luis Miguel Damas & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma remuneração de 23.350 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Serviços especializados	1 205 629	406 614
Rendas e alugueres	282 651	116 515
Deslocações e estadas	180 785	58 839
Comunicações e despesas	62 917	17 580
Publicidade	32 186	14 363
Outros	158 311	142 308
	1 922 479	756 218

23. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Wealth Management SGPS e outras entidades relacionadas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	2021	2020
Outros passivos (credores por operações sobre valores mobiliários):		
- Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.	0	5 645 764

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	31.12.2021					
	Solid Assets	Golden Assets	Vintageburgo	Vasco Freitas	GLD	IMF
Rendas e alugueres	(264 000)					
Custos com cedência de pessoal	-	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	-	(64 380)	(82 252)	-	(7 003)
Juros suportados	-				-	-
Serviços especializados	-	-	-	-	(244 000)	(6 500)
Comissões recebidas	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros	-	-	-	-	-	-
	31.12.2020					
	Solid Assets	Golden Assets	Vintageburgo	Vasco Freitas	GLD	IMF
Rendas e alugueres	(111 600)	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(87 483)	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	(63 398)	(4 122)	(8 660)	-	(1 456)
Juros suportados	-	-	-	-	-	-
Serviços especializados	-	-	-	-	(54 000)	(4 500)
Comissões recebidas	-	175 175	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros	-	174 324	-	-	-	-

24. RESULTADOS POS AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2021	2020
- Resultado líquido do exercício	936 075	98 655
- Número médio ponderado de ações	251 750	100 000
- Resultado por ação:	3,72	0,99

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de junho de 2022. A sua aprovação está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas.

26. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
- Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	207 627	38 827
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
- Depósito e guarda de valores (Nota 1.2.h.i.a))	121 224 162	111 423 169
- Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h.i.b)	467 174 036	3 083 806
	588 605 825	114 545 803

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2021, ascende a 267.312 Euros (Nota 6).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker.

Os ativos geridos, em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020 apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Ações	19 902 982	671 664
Outros	447 271 054	2 412 143
	467 174 036	3 083 806

Os ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1b)